

## ATA DA 83ª REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 25 DE MARÇO DE 2015

1 Aos 25 dias do mês de março de 2015, das 08h30min às 12h00min, reuniu-se ordinariamente o Comitê da Bacia  
2 Hidrográfica do Rio das Velhas – CBH Rio das Velhas, no Auditório do CREA - MG, localizado na Av. Alvares Cabral 1600,  
3 1º Subsolo – bairro Santo Agostinho, BH/MG. Belo Horizonte / Minas Gerais. **Participaram os seguintes conselheiros**  
4 **titulares:** Breno Esteves Lasmar – IGAM; Vergílius Maro Clemente - IEF; Inês Tourino Teixeira - Secretaria Estadual de  
5 Educação SEE; Ênio Resende – EMATER; Matheus Valle de Carvalho e Oliveira – ARSAE MG; Weber Coutinho – Prefeitura  
6 Municipal de Belo Horizonte; Nadja Murta Apolinário – Prefeitura Municipal de Ouro Preto; Marcos Joaquim Matoso –  
7 Prefeitura de Sete Lagoas; Valter Vilela – COPASA; Dalton Rodrigues de Oliveira – IBRAM; Renato Junio Constâncio –  
8 CEMIG; Simone Alvarenga Borja – Associação para Recuperação e Conservação Ambiental em Defesa da Serra da Calçada  
9 – ARCA AMASERRA; Marcus Vinícius Polignano – Instituto Guaicuy; Cecília Rute Andrade Silva – CONVIVERDE;  
10 **Participaram os seguintes conselheiros suplentes:** Ângela Dolabela Cãnfora – IEPHA; Francisco Xavier Maia – Instituto  
11 Mineiro de Agropecuária – IMA; Antônio Marcos Generoso Cotta – Prefeitura de Itabirito; Diego Cirino Teixeira –  
12 Prefeitura Municipal de Santana do Riacho; Luiz Cláudio de Castro Figueiredo – VALE S.A; José Maria dos Santos –  
13 Sindágua MG; Eduardo Nascimento – FETAEMG. **Justificaram ausência os seguintes conselheiros:** Andréia Cristina  
14 Barroso Almeida – SEMAD; Adalberto Stanley Marques Alves - ARMBH; Rosângela Maria Bicalho – Prefeitura Municipal  
15 de Lagoa Santa; Lairto Divino de Almeida – Prefeitura Municipal de Jaboticatubas; Francisco de Assis de Oliveira –  
16 Prefeitura Municipal de Corinto; Wagner Soares Costa – FIEMG; José Antônio da Cunha Melo - Ambiental ABES MG;  
17 Paulo Fernandes Cardoso – Fórum Nacional de Sociedade Civil nos Comitês de Bacias Hidrográficas, FONASC CBH; Celso  
18 Scalabrini Costa – Anglogold Ashanti; Lívia de Paiva Pacheco - AMPASC; José de Castro Procópio – Associação de  
19 Desenvolvimento de Artes e Ofícios ADAO; Tarcísio de Paula Cardoso – Associação Comunitária dos Chacareiros do  
20 Maravilha ACOMCHAMA; Julia de Abreu Pinheiro – Instituto Pró Endêmicas; Fernanda Alvarenga – Projeto Metamorfose  
21 – PROMETA; Ronald Pereira da Silva – Movimento Artístico, Cultural e Ambiental de Caeté – MACACA. **Participaram**  
22 **também:** Elio Domingos, Amanda Amorim, Politácito Santos, Fernanda Oliveira, Dimas Correa, Izabella Resende, Clarissa  
23 Dantas, Izabel Nogueira, Gisele Fernandes Sales – Mobilização CBH Rio das Velhas; Alberto Simon, Patrícia Sena,  
24 Jaqueline Fonseca – AGB Peixe Vivo; Michelle Parron, Rodrigo de Angelis, Marcelo Silveira, Renato Crispiniano –  
25 Comunicação CBH Rio das Velhas; Dalila de Souza Alves, Sidnei Agra, Eduardo Audibert – Consórcio EcoPLAN skill, Celia  
26 Rennó – ABES MG, Fabiola Nonato – SEMAM/ Itabirito; Izabela Márcia Coelho – ARSAE MG; Maria Tereza Corujó –  
27 Movimento pela Preservação da Serra do Gandarela; Leandro Dias – UAI ITALOBT; Lívia Nogueira - VALE; José Maia –  
28 SUDENE; Leandro Vaz Pereira, Luiz Augusto – Prefeitura de Corinto; Gabriela Santos - Projeto Manuelzão; Marcia Inês –  
29 Núcleo Manuelzão Navio Baleia; Jair Paes – Prefeitura de Rio Acima; José Luiz Ribeiro – Centro de Ecologia Integral;  
30 Leandro M – PMBH; Tulio Bahia Alves – IGAM; Natalia Uthôa – Terrativa. Após a recepção e credenciamento dos  
31 conselheiros e convidados, o Presidente do CBH Rio das Velhas, Sr. Marcus Vinícius Polignano, realiza a abertura da  
32 reunião agradecendo a presença de todos e apresenta a pauta: 3 - Informes. 4 - Aprovação da ata da reunião anterior. 5 -  
33 Discussão e aprovação da atualização do Plano Diretor de Recursos Hídricos da Bacia do Rio das Velhas 6 - Assuntos  
34 gerais. 7 - Encerramento. Item 4 - A ata da reunião anterior é aprovada com 2 abstenções. Na sequência, Polignano passa  
35 a palavra para Sidnei Agra, que apresenta o processo de construção e os resultados dos estudos de atualização do Plano  
36 Diretor de Recursos Hídricos do Rio das Velhas (PDRH Rio das Velhas). Explica o escopo do PDRH Rio das Velhas, com as  
37 etapas de diagnóstico da bacia detalhado por UTE, cenários e prognóstico (projeção demandas), diretrizes com os  
38 instrumentos de gestão e arranjo institucional, planos de metas, programas e ações, investimentos por UTE. Caracteriza  
39 os conteúdos metodológicos de formulação do PDRH Rio das Velhas como a geração de informação e resultados, análise  
40 integrada considerando as agendas temáticas. Concluindo com os programas de ações voltados para a gestão de  
41 recursos hídricos (orçamento executivo)... Dando prosseguimento à reunião, Valter Vilela indica Matheus Valle– ARSAE  
42 MG, coordenador da CTPC - Câmara Técnica de Plano e Controle para explicar a deliberação CBH Velhas nº 02, de 25 de  
43 março de 2015 que *Aprova o Plano Diretor de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas*. Matheus  
44 contextualiza o processo de acompanhamento do PDRH Rio das Velhas desenvolvido em conjunto com Pela CTPC e o  
45 Grupo de Acompanhamento de Trabalhos. Explana a participação ativa da CTPC no processo de construção e  
46 desenvolvimento das discussões considerando o plano diretor como importante instrumento de gestão. A CTPC  
47 recomenda a aprovação do PDRH Rio das Velhas. Ênio Resende – EMATER, expressa a preocupação com a necessidade  
48 de desenvolver um trabalho voltado para recarga hídrica na área rural no PDRH Rio das Velhas. Sidnei Agra afirma que  
49 esse tema de recarga hídrica na área rural está amplamente previsto no PDRH. Maria Tereza Corujó - Movimento Pela  
50 Preservação da Serra do Gandarela faz as seguintes considerações: *“Nós encaminhamos já duas vezes, via presidente do*  
51 *CBH velhas, documentos do Movimento Gandarela, com algumas colocações e ponderações sobre o Plano Diretor. Um foi*  
52 *em 12/12/2013, quando saiu o primeiro diagnóstico da UTE, e o segundo foi agora, 23 de março, quando a gente*  
53 *analisou a revisão que foi feita. Como é importante constar em ata, eu não vou ler tudo, mas a gente mandou. Mas a*

## ATA DA 83ª REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 25 DE MARÇO DE 2015

54 gente faz questão de entregar impresso. Peço para constar o documento. Aqui não tem como abordar tudo o que está lá,  
55 mas eu vou dar um resumo. As nossas considerações - que nos preocupam - de certa forma tem a ver um pouco com o  
56 que foi falado de recarga, mas num outro contexto, que é mais ligado á questão subterrânea. A questão do Alto Rio das  
57 Velhas, especificamente, no caso, por estar dentro do Quadrilátero Ferrífero, embora a gente não tenha olhado as outras  
58 UTE's, a gente se debruçou sobre a UTE Águas do Gandarela. E nós estamos realmente continuando com uma sensação  
59 que a questão da disponibilidade hídrica subterrânea e superficial, a partir da metodologia que foi usada para fazer essa  
60 contextualização, ela traz graves situações no nosso entendimento. Por exemplo: a disponibilidade hídrica subterrânea, a  
61 consultoria escolheu, como eixo metodológico, o cadastro de poços subterrâneos (de água subterrânea). Numa UTE como  
62 a Águas do Gandarela, pode ser qualquer UTE que não tenha poços subterrâneos cadastrados, vai se poder dizer que  
63 naquela UTE não tem uma alta disponibilidade hídrica subterrânea? Na questão superficial, o eixo, pelo que nós lemos, é  
64 basicamente as vazões medidas em estações que medem a vazão. Se é um lugar da bacia que não tem essas medições na  
65 totalidade ou pelo menos abrangendo todo o território da UTE, vai dar um resultado que no nosso entendimento é frágil.  
66 Porque vai dizer que aquela UTE não tem água disponibilizada porque não tem isso cadastrado. Então, a partir dessa  
67 premissa nós estamos preocupados. Por exemplo. Vocês viram naquele mapa que a UTE Águas do Gandarela, em termos  
68 de qualidade de água, está marcada como marrom: criticidade. A água da UTE Águas do Gandarela está toda colocada  
69 como uma água com problemas de qualidade. O Sidney confirmou que, na chegada em determinados pontos ao Rio das  
70 Velhas, por causa da questão urbana (por exemplo, vamos supor Rio Acima), ela chega com uma criticidade. Mas se a  
71 premissa de parâmetro e metodológica é considerar aquela Unidade Territorial Estratégica toda como criticidade na  
72 qualidade da água, isso é uma inverdade absurda em relação a UTE Águas do Gandarela. Porque, inclusive, a maioria dos  
73 cursos de água, em termos de classificação (mesmo que seja mais antiga) é de classe 1. E se for colocar postos de  
74 medição da qualidade de água dentro da UTE Águas do Gandarela, vai dar precisamente o oposto do que está mapeado.  
75 Então, nós entendemos como muito grave as metodologias nesse caso, porque elas estão nos induzindo a erros e a  
76 questão que nós estamos tratando neste Plano Diretor de Recursos Hídricos, ela tem a ver com a visão concreta como é  
77 que está a bacia hidrográfica na sua disponibilidade de água superficial e subterrânea. Mesmo que seja para constar que  
78 está gravíssima. Mas se a gente não tiver uma realidade concreta disso, a gente não vai ter saídas para nada dessas  
79 outras coisas. Nós vamos estar lidando com uma coisa a nível virtual, como se fosse um jogo de videogame. Nos nossos  
80 documentos, que o Polignano recebeu, nós estamos trazendo informações. Por exemplo, porque é que não foi  
81 considerado como eixo metodológico para a água subterrânea, o que já existe de estudos sobre como é que funciona a  
82 água subterrânea nas unidades hidrogeológicas do quadrilátero ferrífero? Onde (por isso aqui no Alto) a nossa água está  
83 diretamente relacionada a essas formações lá do subsolo. Isso não foi usado como parâmetro. Como é que se vai se  
84 colocar qual a disponibilidade hídrica subterrânea numa bacia baseado em cadastro de poços subterrâneos cadastrados?  
85 Tem situações que tem poços cadastrados e não estão nem usando água. Então de repente aquele ainda tem mais água.  
86 Tem casos onde tem gente tirando água subterrânea, sem poços cadastrados, e a disponibilidade hídrica subterrânea não  
87 é aquilo. Então, isso para nós é o eixo estrutural que teria que ser revisado, que teria que ser repensado, porque a  
88 questão do Alto, que é onde estão as quatro UTEs... Ainda ontem escutei o Polignano falar que o Alto é onde chega  
89 menos água no Rio das Velhas. Depois vão chegando outros afluentes, vai ficando maior. E nós no Alto nós não temos  
90 como pegar água do Paraopeba para abastecer Belo Horizonte. Porque a situação do Paraopeba, que é outra bacia, está  
91 pior que a do Velhas. Nós estamos na área da bacia de maior adensamento populacional, onde está a região  
92 metropolitana de Belo Horizonte. Então, nessa região é fundamental que a disponibilidade hídrica subterrânea e  
93 superficial use tudo o que já houver de estudos. Por exemplo, os estudos da Brandt para a Apa-Sul. Não foram  
94 contemplados como base naquela época. Até seria bom para fazer uma comparação. Os estudos da....tem um outro, que  
95 foi um estudo da AMDA-SERE-IEF, também voltado para a região metropolitana. Ou seja, existem bases para valorar.  
96 Existem instrumentos técnicos, mesmo que já estejam desatualizados em alguns pontos, que são fundamentais para  
97 categorizar, valorar a questão da água subterrânea, disponibilidade superficial e subterrânea no Alto Velhas. Ela não  
98 pode ficar restrita a poços cadastrados e a vazões medidas onde tem lugar que mede vazão. Ribeirão da Prata: chega no  
99 Rio das velhas com uma grande quantidade de água especial. É fundamental para o Rio das Velhas, mesmo que depois de  
100 Bela Fama, mas está muito perto... Se lá não tem uma maneira de medir a vazão significa que aquela água não existe e  
101 não está colaborando para que o Velhas não chegue em Sabará com Classe 10? Então esse é o ponto chave dos nossos  
102 documentos. Eu solicito, Polignano. Eu solicito a este Plenário, nem que se crie um grupo de trabalho (mesmo que não  
103 seja junto com a consultoria se já tiver acabado o trabalho), que se crie um grupo de trabalho técnico para olhar com  
104 muito cuidado essa questão. Fora isso, eu quero colocar que... a questão das prioridades. Nós vimos lá um mapa: áreas  
105 prioritárias para a bacia do Rio das Velhas. Nós sabemos que a questão vegetal foi contemplada. Mas, o que seria, no  
106 nosso entendimento, áreas prioritárias para a bacia do Rio das Velhas em termos de recursos hídricos? Tem a ver com

## ATA DA 83ª REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 25 DE MARÇO DE 2015

107 *recarga. Por exemplo, quais as áreas na bacia onde a questão (tirando a questão política)... Antes de começar a reunião,*  
108 *eu pude conversar um pouco com o Sidney e ele falou “Teca, o instrumento Plano Diretor ele também é político, não é só*  
109 *técnico”. Mesmo que o comitê de bacia e o Plano Diretor seja participativo, dentro do Plano Diretor tem que ter*  
110 *instrumentos técnicos desvinculados de qualquer política (setorial ou qualquer outro tipo de política) que nos dêem a*  
111 *realidade concreta daquilo que significa os recursos hídricos para aquela bacia. O que nós vamos fazer com isso como*  
112 *sociedade, como comitê de bacia, como os diversos atores dessa bacia de gerir isso, é o âmbito político do Plano Diretor.*  
113 *Mas nós temos que ter no Plano Diretor... A questão da agenda azul não pode estar vinculada a potenciais de*  
114 *mineração, mesmo que tenha em algum momento lugares do Plano onde se diga que existe conflitos de interesse num*  
115 *determinado território. Então isso é fundamental. Vocês vejam. Para terminar. Nós fomos surpreendidos quando vimos a*  
116 *questão da agenda. Para quem conhece um pouco a questão do Gandarela e aquela região, vejam se tem algum nexo.*  
117 *[olhando o slide] UTE Águas do Gandarela - Pontuação de valores das agendas. E ele explicou agenda é como está o*  
118 *território em termos de situação atual, ou potencial. Zero agenda azul, zero agenda verde, dois agenda cinza, mineração.*  
119 *O que vocês acham que a gente, como movimento que está há sete anos lutando para preservar este lugar, que é*  
120 *fundamental para a água, inclusive do Rio das Velhas (fora a outra vertente do Doce), como a gente vai conseguir ter*  
121 *tranquilidade num instrumento que coloca como agenda zero a agenda verde e azul e dois para mineração. E você*  
122 *colocou, Sidney. Tem que se decidir se é potencial ou se é o que está consolidado. Porquê? No caso do quadrilátero*  
123 *ferrífero, se a gente for colocar dentro da questão das agendas os potenciais, acabou todo o nosso território no*  
124 *quadrilátero ferrífero, que são precisamente os lugares onde estão as unidades hidrogeológicas que tem esse papel de*  
125 *recarga e disponibilização de água. Então acabou. É outro eixo filosófico, metodológico que tem que olhar na questão do*  
126 *Alto. Porque se a gente for contemporizar nas agendas, nas valorações de prioridades, de relevância, o potencial da*  
127 *mineração no sentido dos polígonos DNPM (seu eu mostrasse para vocês o mapa) não sobra nenhuma unidade*  
128 *hidrogeológica no Alto que tem água. Então eu acho fundamental, não sei como vai ser feito, lamento que a gente tenha*  
129 *que trazer isso. É cansativo. Tem vezes que a gente tem que tirar férias. Tem vezes que dá vontade de dizer que se dane.*  
130 *Mas a gente não consegue. Sabe por quê? Porque nós não queremos continuar vendo e vivenciando e imaginando o*  
131 *futuro se essas coisas não forem verdadeiramente olhadas. E não adianta ter um Plano Diretor de Recursos Hídricos - que*  
132 *não é um Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável. Porque, mesmo que a gente tenha um olhar de que tem vários*  
133 *interesses, tem vários atores, tem várias questões sociais e econômicas, se é um Plano Diretor de Recursos Hídricos tem*  
134 *que ter na questão hídrica instrumentos desvinculados da política e depois se vê o que se vai fazer com isso. Porque senão*  
135 *nós não vamos resolver esse colapso e a situação vai ficar inviável. Era isso. Obrigada. Desculpem o tempo. Mas o*  
136 *documento é muito mais complexo. Eu resumi. [sic]” Sidney Agra justifica que não há outra forma de se estimar vazão*  
137 *superficial a não ser considerando os pontos de monitoramento de vazão existentes. Esclarece que a novidade do Plano*  
138 *Diretor é que o resultado das vazões são por UTEs. O plano recomenda que se faça esse monitoramento por UTE para*  
139 *atualizar nos próximos planos. Explica toda a metodologia utilizada e todos os estudos que foi o embasamento para essa*  
140 *metodologia. Informa que todos os documentos enviados pelo Movimento Gandarela estão sendo incorporados no*  
141 *PDRH. O Plano diretor considera a defasagem do cadastro de poços subterrâneos e superficiais incorporando assim um*  
142 *programa inteiro, que propõe melhorias. Conclui que as correções e as contribuições das audiências públicas estão sendo*  
143 *incorporadas ao documento. Alberto Simon, AGB Peixe Vivo, contextualiza o processo de contratação da Ecoplan skill, e*  
144 *explica que todos os produtos tiveram considerações, correções, adendos e por isso que se percorre a elaboração do*  
145 *plano por 30 meses. Diz que todas as etapas foram discutidas e todos os aspectos técnicos foram incorporados com*  
146 *cuidado e correção, com acompanhamento da CTPC e do Grupo de acompanhamento de Trabalhos – GAT. Explicou que*  
147 *o plano não é do Comitê, mas sim da bacia hidrográfica, que possui vários interlocutores com interesses múltiplos nesse*  
148 *território. Explica que o plano é o documento base que tem possibilidades de inclusão de fatos de novas discussões e*  
149 *alertas. A construção é contínua. Diz que ocorrerão treinamentos para aplicação e utilização do sistema de informações,*  
150 *para que tenha dinamismos nas modificações. Conclui recomendando a aprovação do PDRH Rio das Velhas. Eduardo*  
151 *Nascimento - FETAEMG diz que o plano é um instrumento de interlocução social indicando ações. E não é papel do*  
152 *comitê substituir o Estado, contratando estudos e ações que são de dever do Estado. Conclui dizendo que a mineração*  
153 *no Brasil é uma questão política e o governo não tem controle sobre a mesma, por considerar somente interesses*  
154 *econômicos, por isso o PDRH tem que priorizar a conservação e preservação das águas. Polignano explica que o plano de*  
155 *bacia é um processo que vai direcionar as ações do Comitê, na qual o objetivo é aprimorar o sistema e subsidiar a gestão*  
156 *de bacia. Leandro Dias – UAI ITALOBT reforça a preocupação causada pelos impactos da mineração da Mina do Pico e do*  
157 *Sapicado sobre as nascentes da bacia do Rio Itabirito, e sugere ao IGAM que se faça uma revisão nas outorgas da Vale.*  
158 *Polignano solicita para Leandro formalizar por escrito essa demanda. Túlio Bahia Alves – IGAM explica que o Estado*  
159 *acompanhou todo o processo de construção do plano, vai participar dos treinamentos e apoia a aprovação do mesmo.*

### **ATA DA 83ª REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 25 DE MARÇO DE 2015**

160 Valter Vilela apresenta ao plenário a minuta de deliberação CBH Velhas, que *Aprova o Plano Diretor de Recursos Hídricos*  
161 *da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas*. A deliberação é aprovada por unanimidade. Não havendo mais nenhum assunto  
162 a tratar, Marcus Vinícius Polignano encerra a reunião, da qual se lavrou a presente ata.

163  
164  
165  
166  
167



**Marcus Vinicius Polignano**  
Presidente

168  
169  
170  
171



**Valter Vilela Cunha**  
Secretário

172

**ATA DE REUNIÃO APROVADA EM 13 DE MAIO DE 2015**